

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 06 de setembro de 2001

Ano 3 Nº 70

Encerrado ciclo de audiências da Comissão de Ciência e Tecnologia

A audiência pública desta segunda-feira (3), no auditório da Fiesc, em Florianópolis, encerrou a discussão e recolhimento de propostas nas diferentes regiões para elaboração de uma política pública de ciência e tecnologia para Santa Catarina. O sétimo encontro contou com a presença de lideranças políticas da Grande Florianópolis, empresários, universitários, docentes de nível superior da UFSC e da Univali, além de representantes da Federação de Agricultura do Estado (Faesc), da Epagri e dos deputados Antônio Aguiar (PFL) e Reno Caramori (PPB). A Comissão Especial de Ciência, Tecnologia e Inovação é presidida pelo deputado Paulo Bornhausen (PFL) e tem como membros os deputados Joares Ponticelli (PPB), relator, e Moacir Sopelsa (PMDB).

Ao ressaltar que a Assembléia constatou falta de organização e comunicação entre as áreas de ciência e tecnologia no Estado, Bornhausen destacou o sucesso das audiências que tinham, como um dos objetivos, aproximar o empresariado das universidades onde se concentra a pesquisa científica e a inovação tecnológica. "Queremos entregar o relatório final no dia 24, em Plenário, apresentando

à sociedade um plano de política pública de ciência, tecnologia e inovação que tenha a marca da ousadia".

O reitor da UFSC, Rodolfo Pinto da Luz, parabenizou a Assembléia lembrando que o Ministério de Ciência e Tecnologia promoveu reuniões regionais, uma delas em Florianópolis, colhendo sugestões para a criação de um plano nacional. Defendeu investimento nas universidades para renovação do conhecimento e a parceria do meio acadêmico com os empresários visando à geração de patentes, o que traria riquezas para o país. Em sua explanação sobre a balança comercial brasileira, o presidente da Fiesc, José Fernando Faraco, frisou a importância dos produtos de base tecnológica ao comparar as exportações de soja e de aviões, que giram em torno de 2 bilhões de dólares cada, com a sutil diferença que o produto agrícola vendido equivale a 11



Auditório da Fiesc

milhões de toneladas, enquanto as aeronaves comercializadas somam 122 unidades.

Após a palestra do professor da Fundação Certi/UFSC, Carlos Alberto Schneider, os participantes se dividiram em grupos de trabalho formados para debater e apresentar propostas para incrementar a pesquisa científica no Estado.

Aniversário de Canoinhas

O Poder Legislativo, presidido pelo deputado Onofre Agostini (PFL), realiza nessa quinta-feira (6), às 10 horas, no Canoinhas Tênis Clube, uma sessão solene para homenagear os 90 anos de fundação do município, iniciativa do deputado Antônio Aguiar (PFL).

Os parlamentares também vão prestar homenagem especial à Associação dos Doadores de Sangue – grupo que confere a Canoinhas o título de *Capital Catarinense dos Doadores de Sangue*.

Essas pessoas, todas voluntárias, realizam importante trabalho de atendimento em todo o Estado, muitas vezes deslocando-se para outras regiões em situação de emergência. "Essa será a primeira vez que a Assembléia será instalada no Planalto Norte", disse o parlamentar. Durante a sessão, os deputados vão conferir ao município outro título: o de *Capital dos Produtores de Erva-Mate*, aprovado nessa terça-feira (4) na Assembléia.

Deputados querem fiscalizar aplicação orçamentária

Página 4

Comissão de Agricultura debate uso da bracatinga

Página 5

OPINIÃO

Produção com tecnologia



Num ranking preparado pela ONU levando em conta a qualificação da mão-de-obra e a capacidade para dominar novas tecnologias o Brasil ficou num modestíssimo 43º lugar, com nota 0,311. A sua frente apareceram países como Trinidad e Tobago, Tailândia e Uruguai.

Ou seja, a 10º maior economia do mundo está no 43º lugar quando se trata de brigar no campo da tecnologia. Registramos performance uniforme e competitiva apenas quando vendemos matéria-prima ou produtos agrícolas. No setor industrial, o

resultado não pode ser lido em bloco.

Isto se deve à falta de integração entre desenvolvimento tecnológico e pesquisa básica. Tem que haver política governamental que facilite a criação de instrumentos que levem a idéia de um inventor até o mercado. A globalização e a revolução tecnológica tornam a produção rapidamente obsoleta.

Dos 50.690 pesquisadores cadastrados no País pela Plataforma Lattes do CNPq 2.105 - o equivalente a 4% - estão em Santa Catarina.

Ou, mais precisamente, no litoral catarinense. Desse total, 1.136 - ou cerca de 53% - estão em nossa Universidade Federal.

Há concentração de recursos humanos e há riscos. Sem o peso de regras corretas e a presença de instituições adequadas - disse o escritor cubano Carlos Alberto Montaner - a inteligência migra, o desenvolvimento sustentado torna-se impossível e o Estado fica sem meios de combater a exclusão.

É no sentido de aproveitar bem o potencial de que dispomos que a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, criada em junho pelo Poder Legislativo, examina possibilidades de contribuição e elabora diagnóstico da realidade, com proposta de ações para o desenvolvimento sócio-econômico.

O objetivo é estabelecer o plano de desenvolvimento de um sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação de real interesse da sociedade. Até porque não há outra saída: os estados, como os países, que desejam desfrutar dos benefícios da modernidade têm de se equipar com conhecimentos de alta qualidade.

Deputado Paulo Bornhausen (PFL)

Lei obriga caligrafia legível em receitas



Em Santa Catarina receita médica legível agora é lei. Com o propósito de tornar compreensível o que médicos e dentistas escrevem nas suas receitas apresentei, na Assembléia Legislativa, uma proposta que foi sancionada pelo Governo do Estado. Trata-se da Lei nº 11.851, de 25 de julho de 2001.

A partir de agora, os profissionais dos hospitais e postos de saúde que atendem pelo SUS, em território catarinense, devem escrever de forma legível as receitas destinadas a seus pacientes. O paciente que não decifrar a letra

tem direito de pedir uma cópia datilografada ou impressa em computador.

Quem não cumprir a Lei poderá receber advertência, multa em dinheiro e até perder o direito de atender pelo Sistema Único de Saúde. De acordo com a medida, cabe a Secretaria Estadual de Saúde fazer cumprir a legislação para evitar que ocorram trocas de medicamentos que possam comprometer a saúde do paciente, alterações de posologia e mudanças no intervalo de tempo entre as dosagens.

O velho hábito de escrever dos profissionais da área médica que deveria fazer parte do passado torna-se a cada dia mais um problema para o nosso já deficiente sistema de saúde.

Nossa Lei visa facilitar a leitura das receitas médicas e odontológicas

pelos pacientes, balconistas de farmácia ou farmacêuticos. Não são raras as vezes em que os profissionais de farmácia não conseguem entender. O passo seguinte é tentar decifrar ou até mesmo adivinhar os hieróglifos.

A nossa saúde não pode ficar sujeita a problemas de tão fácil solução. O paciente tem o direito de conseguir identificar facilmente o remédio e a posologia que estão sendo receitados. Cabe ao emissor, no caso médicos e dentistas, facilitar esta identificação, através da emissão de receitas de fácil entendimento.

O Código de Defesa do Consumidor determina, no seu artigo sexto, que são direitos do consumidor "a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços,...". O Ministério da Previdência e Assistência Social chegou a sabatinar os médicos por insistirem na cultura de não passar informações claras aos pacientes depois que o novo Código de Ética Médica fez referências aos garranchos.

Espero que, com a entrada em vigor da Lei em favor da cidadania e da saúde da população, não parem mais dúvidas entre farmacêuticos, balconistas de farmácia e pacientes sobre como interpretar uma receita médica.

Deputado Jaime Duarte (PPS)

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)

1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PTB)

1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)

2º Secretário: Odete de Jesus (PL)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz

Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Editoração e Diagramação: Noeli Livi, Stela Martins

Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose

Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos

assessores de bancadas

Revisão: Rubens Vargas

Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Gianni Bortoluzzi,

Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira e Alberto Neves

Distribuição: Setor de Expedição

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

ESPECIAL

Homenageado jornal de São Joaquim

Atendendo requerimento do deputado Sandro Tarzan (PTB), a Assembléia prestou homenagem ao mais tradicional veículo de comunicação de São Joaquim: o jornal *O Mural*, fundado em 1991 pelo jornalista Anselmo Viana do Nascimento.

Presentes à sessão solene da segunda-feira (3) os deputados Onofre Agostini (PFL) e Manoel Mota (PMDB), além do desembargador Ernani Palma Ribeiro e convidados da região serrana.

O autor do requerimento, por sua vez, destacou a importância do jornal para o município. "Vida longa ao *O Mural*, que continua a escrever a história da imprensa joaquinese".



(foto Salom Soares)

Diretor do Mural e parlamentares

Retratos de Santa Catarina apresenta São José

A única escola de oleiros do país será uma das atrações da exposição de São José, na décima terceira edição do *Projeto Retratos de Santa Catarina*, marcada para a próxima terça-feira (11), às 19h30min, na Galeria de Artes da Assembléia Legislativa. Na abertura haverá apresentação de grupos de boi-de-mamão, de pau-de-fita e da banda da Sociedade Musical União Josefense. Na oportunidade um oleiro estará produzindo peças artesanais para mostrar a atividade em extinção.

Centro de Informações completa dois anos de atividades

Atendendo, em média, 850 pessoas por dia, o Centro de Informações completou dois anos de atividades no último dia 1º, disponibilizando aos gabinetes parlamentares e aos visitantes todo tipo de esclarecimento que envolve os trabalhos da Assembléia, além de informações dos 293 municípios do Estado e outros dados que vão sendo incorporados ao banco de dados pelas solicitações que chegam através do balcão de atendimento, por telefone, pelos correios ou por e-mail. O sucesso da iniciativa já suscitou contatos das Assembléias da Bahia e do Rio Grande do Sul, assim como do Tribunal de Justiça do Estado, interessados em aperfeiçoar o atendimento ao cidadão.

Organizações não-governamentais, empresas, órgãos públicos, entidades e instituições de todo o Brasil, como a Fundação Getúlio Vargas que elabora uma publicação sobre os deputados federais, utilizam os serviços do Centro de Informações. "Para tudo se dá um direcionamento, há pessoas que nos procuram para a emissão de documentos e advo-

gados gratuitos", informa a responsável pelo setor, Maria Luiza Dalbosco. Nestes casos, os visitantes são encaminhados ao Balcão da Cidadania, da Prefeitura da Capital, e aos Escritórios Modelos de Assistência Jurídica da UFSC e da Univali.

Intranet - A comunicação interna do Poder ganhou agilidade com o Centro de Informações, que dispõe dos dados

atualizados de tramitação de projetos, legislação, movimentação partidária dos deputados, comissões técnicas e um banco de dados com o endereço e telefone de 555 ex-parlamentares, resultado de uma parceria com as Divisões de Expediente e de Documentação. A agenda da Casa pode ser conhecida pela Internet, repondo ainda o setor por esclarecimentos sobre as

Constituições Estadual e Federal, Estatuto da Infância e da Adolescência e o Código de Defesa do Consumidor.

Os dados armazenados servem para pesquisas escolares e monografias de pós-graduação, permitindo também maior segurança do prédio pois o balcão de atendimento registra o destino de todos os visitantes.



Fones: 221-2891/221-2892 e-mail: ci@alesc.sc.gov.br

COMISSÕES

Acompanhamento de gestantes

Os deputados Volnei Morastoni e Ideli Salvatti, ambos do PT, são os autores do Projeto de Lei 188/01 que dispõe sobre a presença de acompanhante durante o parto nos hospitais da rede pública ou conveniados do Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado. Nessa semana o projeto foi aprovado em reunião da Comissão de Justiça e agora segue para as



Reunião da Comissão de Justiça

comissões de Finanças e de Saúde. Para aprofundar a discussão sobre o assunto, nos próximos dias a Assembléia deverá realizar uma audiência pública com a participação de diretores de hospitais, secretários municipais de saúde e representantes do Núcleo do Hospital Universitário, onde o trabalho já é desenvolvido.

Segundo Morastoni, que é médico, os benefícios obtidos desse trabalho são

inúmeros. Destacou a redução da duração do trabalho de parto e da necessidade de medicação analgésica e analgesia do parto, diminuição na incidência de parto operatório e aumento na satisfação expressada pelas parturientes. "Entre as recomendações do Ministério da Saúde, relativas aos direitos da mulher, o primeiro item determina a presença do companheiro ou alguém da família para acompanhar o parto, dando segurança e apoio à mulher".

Finanças fiscalizará aplicações orçamentárias

A Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Afrânio Boppré (PT), decidiu na quarta-feira (5) intensificar a fiscalização orçamentária do governo do Estado e definir critérios para aprovação de projetos de origem do Executivo relativos ao setor.

O deputado Ronaldo Benedet (PMDB) sugeriu que o presidente da Comissão requisitasse balancetes mensais da administração estadual, especificando todas as aplicações orçamentárias executadas. Ele argumentou que atualmente a Assembléia não exerce nenhum controle nem fiscaliza efetivamente a utilização dos recursos previstos no orçamento do Estado. Quer ainda um relatório mensal de todos os empenhos expedidos pelo gabinete do Governador.

Já o líder da bancada do PFL, deputado Júlio Garcia, requereu que a Comissão elaborasse regras especiais a serem aplicadas em todos os projetos de origem governamental versando sobre altera-

ções na Lei Orçamentaria Anual, Plano Plurianual (PPA) e LDO.

O parlamentar justificou afirmando que os projetos encaminhados à Assembléia muitas vezes são incompletos em termos de informações sobre as alterações solicitadas. Isto impede uma tramitação mais rápida das matérias, pois elas precisam ser baixadas em diligência para obtenção de novas informações.

Audiência Pública - Garcia também sugeriu reunião para a próxima quarta-feira (12) com a diretoria administrativa do Porto de São Francisco do Sul, já que existem dois projetos em tramitação na Comissão solicitando abertura de crédito especial em favor daquela instituição. O projeto de lei 200/01 solicita crédito no

CPI do Futebol

Na próxima terça-feira (11), o líder da bancada do PPB, deputado Milton Sander, vai solicitar uma reunião com todos os líderes partidários com o objetivo de discutir a implantação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar possíveis irregularidades na Federação Catarinense de Futebol.

O parlamentar já tem em seu poder toda documentação relativa ao futebol catarinense fornecida pelo relator da CPI do Congresso Nacional, senador Geraldo Althoff (PFL), que investigou o assunto.

Sander recebeu da Federação a documentação suplementar referente ao caso, o balanço patrimonial da entidade e as declarações de imposto de renda de seus diretores. Agora os técnicos da liderança do partido vão estudar os documentos para fazer um relatório a ser apresentado ao deputado.

(foto Alberto Neves)



Parlamentares deliberam na Comissão

valor de R\$ 1,1 milhão para melhorar a segurança contra possíveis colisões de navios que atacam no porto, além de permitir o acompanhamento dos gastos com a manutenção de veículos, máquinas, equipamentos e bens imóveis.

Já o projeto 082/01 altera a programação do PPA referente à administração do porto, modificando o Programa 861 (Modernização do Porto de São Francisco do Sul), com recursos da ordem de R\$ 50,2 milhões.

GERAL

Deputados apóiam agricultores no uso da bracatinga

(tefepoto Jonas Lemos Campos)

“A bracatinga não é uma espécie ameaçada de extinção e precisa ser cortada constantemente”

O município de Canoinhas, no Planalto Norte, recebeu nessa quarta-feira (5) centenas de agricultores de todo o Estado. No Parque de Exposições Ouro Verde, eles participaram de uma audiência pública da Comissão de Agricultura da Assembléia, presidida pelo deputado Clésio Salvaro (PFL). O encontro foi requerido pelo deputado Antonio Aguiar (PFL) e objetivou discutir o uso racional da bracatinga – árvore nativa das áreas altas do sul do Brasil, que faz parte do desenvolvimento e manutenção de milhares de propriedades rurais que praticam a agricultura familiar.

Com a presença dos deputados Moacir Sopelsa, Gelson Sorgato e Rogério Mendonça

(PMDB), além de representantes das federações da Agricultura e dos Trabalhadores em Agricultura do Estado, Secretaria da Agricultura, Ibama, Fatma, prefeitos da região e pesquisadores do assunto, os agricultores solicitaram apoio para mudanças na legislação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Os produtores catarinenses consideram-se injustiçados pelo órgão, que liberou o corte da árvore somente no Paraná, impedindo a prática nos demais estados.

Segundo o professor Carlos Roberto Sanquetta, do curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal do Paraná, a liberação somente ocorreu após uma revisão da



Mesa dos trabalhos

resolução do Conama. “Existia muita confusão sobre o entendimento dos estágios de desenvolvimento da planta, entre inicial, médio e avançado. O Paraná, a exemplo do que acontece hoje com Santa Catarina e os outros estados, não se encaixava no estágio inicial, onde o corte pode ser

feito”, declarou. Informou ainda que a bracatinga não é uma espécie ameaçada de extinção e ao contrário, quanto menos se colhe, menos produtivos ele ficam podendo nestes casos desaparecer. “A bracatinga precisa ser cortada constantemente”, garantiu.

Salvaro denuncia irregularidades em multas

Amultas expedidas pela balança portátil WL 103, utilizada pela Polícia Rodoviária Estadual, posto de Guatá, em Lauro Müller, estão sendo solicitadas pelo deputado Clésio Salvaro (PFL) ao Secretário de Transportes e ao Diretor do Deter/SC. Ele justifica seu pedido tendo em vista que os caminhões multados no último dia 31 de agosto, com base na pesagem da referida balança, conforme comprovação feita em outros três equipamentos auferidos pelo Inmetro, apresentaram variação no peso contra os motoristas.

Segundo Salvaro, na ocasião a PRE daquele posto realizou um verdadeiro pente fino multando motoristas e prendendo os caminhões que estavam sendo autua-

dos por excesso de peso, sendo que o próprio deputado teve de intervir para evitar maiores complicações, chegando a ser desacatado pelos policiais que não admitiam uma nova pesagem em outras balanças, já que o excesso de multas, caracterizava que o equipamento do Estado estava irregular.

“O deslocamento dos caminhões para as novas pesagens só pôde ocorrer com a intervenção do comandante geral da PM, coronel Valmor Backes, sendo que os motoristas foram escoltados pelos patrulheiros armados com metralhadora, como se fossem bandidos. Queremos a relação dessas multas e com certeza esse caso vai ter desdobramentos com a anulação das mesmas, pois foram registradas numa falta de bom senso”, garante.

Mais quatro vetos analisados

Dois quatro vetos total apreciados, apenas um foi rejeitado e trata de projeto de autoria do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), que estabelece a obrigatoriedade para os hospitais da rede pública e privada do Estado, de manterem um profissional de enfermagem nas respectivas emergências, com a finalidade de fazer exames preliminares nos pacientes que ali se encontram, priorizando o atendimento médico-hospitalar, aos casos mais urgentes. As mensagens que tiveram seus vetos mantido são:

- Ao Projeto de Lei 89/01 de autoria do deputado Ronaldo Benedet (PMDB), que institui o Programa de Educação Tributária do Estado de Santa Catarina e criava a

campanha Nota Solidária, com a finalidade de desenvolver a conscientização da importância dos tributos no cumprimento das obrigações sociais do Estado.

- Ao Projeto de Lei 64/01 de autoria do deputado Sandro Tarzan (PTB), que autoriza os Poderes Executivo e Legislativo a repassar subvenção social aos Centros de Tradições Gaúchas (CTG) e respectivos Piquetes filiados aos CTGs.

- Ao Projeto de Lei Complementar 02/01 de procedência do Tribunal de Justiça, que cria o Fundo Especial, para suprir o Poder Judiciário de recursos financeiros para construção, ampliação e reformas de prédios para abrigar as Casas da Cidadania.

PLENÁRIO

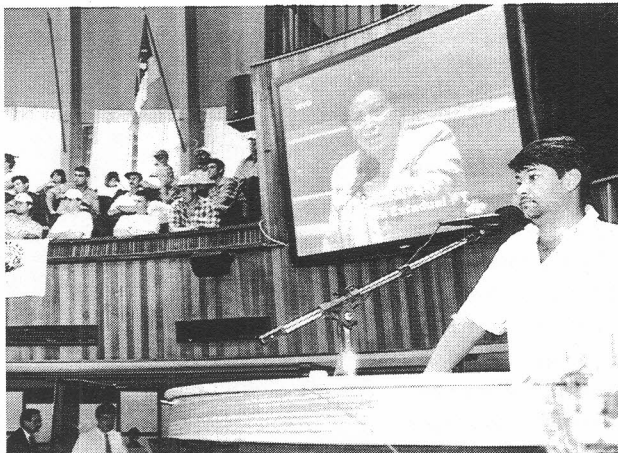
Agricultores apresentam proposta

(foto Solon Soares)

A sessão da tarde dessa terça-feira (4) foi interrompida temporariamente por solicitação da deputada Ideli Salvatti (PT), a fim de que um dos representantes da *Frente Sul da Agricultura Familiar Rural*, Valmir Santolin, apresentasse proposta da entidade que facilitará a quitação de crédito de emergência contraído em 1996. Cerca de 700 agricultores encontram-se mobilizados na Capital, como forma de pressão.

Santolin explicou que os atingidos pela seca no oeste e enchente no sul do Estado contraíram crédito de emergência em 1996 para permanecer em suas propriedades. Em maio deste ano, o governo do Estado assumiu compromisso de formar um grupo de negociação com diversas entidades para renegociação do crédito contraído. Só que até o momento os agricultores não foram chamados para negociar.

No entanto, segundo Santolin, o governo tomou iniciativas no sentido de parcelar as dívidas, com promessa de devolução dos recursos em forma de bônus para aquisição de insumos agrícolas. A entidade não concordou porque os insumos irão agredir o meio ambiente



Valmir Santolin

e prejudicar a saúde dos agricultores. Além disso os agricultores não possuem recursos para sanar as dívidas.

Assim, as famílias elaboraram um projeto que já foi encaminhado aos deputados e deverá ser enviado à Secretaria da Agricultura. Este prevê que o governo forneça gratuitamente mudas de vegetação nativa para um programa de reflorestamento e que o Estado assuma o compromisso quanto ao acompanhamento técnico e à fiscalização do mesmo. Em contrapartida os agricultores terão um prazo de três anos para implementar o reflorestamento, caso o agricultor que pagou uma parte da dívida quite o restante com o programa. Concluindo os agricultores pedem a liberação imediata de acesso aos programas da Secretaria da Agricultura.

Necessidades especiais

A habilitação de servidores públicos da administração direta e indireta para atendimento de portadores de necessidades especiais relativas aos aparelhos auditivos e fonador, é o que determina projeto aprovado de autoria do deputado Joares Ponticelli (PPB). A habilitação dos servidores para os fins previstos no projeto será reconhecida após treinamento e expedição do respectivo certificado e realizado sob a responsabilidade da Fundação Catarinense de Educação Especial, ou através de convênios com entidades privadas afins.

Estabelecimentos comerciais

Foi aprovado o substitutivo global de autoria do deputado João Henrique Blasi (PMDB) ao projeto de lei do deputado Francisco de Assis (PT) estabelecendo normas para o funcionamento de estabelecimentos comerciais que atuem no ramo de desmanche de veículos automotores e no de comercialização de peças, componentes e acessórios provenientes de desmanche. A matéria trata ainda da obrigatoriedade da baixa do registro de veículos retirados de circulação. Determina ainda que a comercialização das citadas peças será fiscalizada pelo Detran/SC, e que somente poderão praticar este tipo de comércio os estabelecimentos cadastrados no Departamento de Trânsito.

Isenção de ICMS

O deputado Nilson Gonçalves (PSDB) está sugerindo ao Governador do Estado que encaminhe à Assembléia projeto de lei isentando do pagamento de ICMS as operações de transporte de produtos destinados à reciclagem industrial, considerando que esse material tem pouco valor comercial e não compensa o transporte se tiver que pagar o imposto.

O reaproveitamento de materiais tidos como inservíveis, bem como os oriundos da coleta seletiva do lixo, são de grande valia à preservação ambiental, estimulando ainda a geração de empregos, justifica o deputado. Para seu reaproveitamento precisam ser transportados até as indústrias, e estes impostos inviabilizam qualquer lucro.

Infra-estrutura turística para Urubici

Garantir a implementação de infraestrutura turística em Urubici, permitindo um melhor aproveitamento das paisagens existentes naquele município, é o objetivo do deputado Cesar Souza (PFL) ao encaminhar indicação ao Governador do Estado e ao Presidente da Santur.

Destaca que a região tende a ser um polo turístico que deve ser melhor aproveitado, principalmente levando em conta a ocorrência de neve durante 20 dias no ano, em média, o que atrai muitos turistas. O parlamentar sugere que a região conhecida como Morro da Igreja, naquele município, e que oferece uma das mais deslumbrantes paisagens catarinenses, seja dotada de equipamentos turísticos

como placas informativas, relógio e termômetro, como forma de dar suporte ao turismo já existente.

Internações hospitalares

Requerimento da deputada Ideli Salvatti (PT) às lideranças políticas em Brasília, manifesta repúdio ao Projeto de Lei nº 449/99, que pretende alterar a Lei Orgânica da Saúde, para permitir que os hospitais universitários cobrem por internações em até 25% de seus leitos hospitalares. "É inadmissível o atendimento diferenciado naqueles hospitais, mediante pagamento, com tantos pacientes do SUS enfrentando enormes filas para serem atendidos", enfatizou.

Meia entrada

O deputado Narcizo Parisotto (sem partido) apresentou projeto de lei para que estudantes de cursos técnicos profissionalizantes também venham a ser beneficiados com o desconto de 50% nas entradas de cinemas, espetáculos musicais, teatrais, circenses e eventos esportivos.

Na proposta o parlamentar pede alteração da Lei 8.051, de 11 de setembro de 1990, quando se concedeu este benefício, conhecido como meia entrada aos estudantes do ensino fundamental, médio e superior, afirmando que a medida visa manter o princípio de igualdade entre os estudantes.

Saúde no sul do Estado

Pedido de informação do deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao Secretário da Saúde indaga sobre o número de leitos de UTI neonatal existentes e quantos são necessários na região sul; qual a vocação do Hospital Santa Catarina de Criciúma e com base em que

dados foi definida a sua vocação; quais os equipamentos fornecidos pela Secretaria da Saúde ao hospital, listando os mesmos e os seus custos; se os equipamentos adquiridos foram instalados e estão funcionando, ou se há perigo de os mesmos deteriorarem por falta de uso.

Lixo hospitalar

A implantação de sistema de incineração de lixo hospitalar e a cessão de um caminhão à Associação dos Municípios da Região Carbonífera (Amrec) foram solicitadas pelo deputado Valmir Comin (PPB) ao Secretário da Saúde. O parlamentar explicou que são dez os municípios que enfrentam o problema do acúmulo do lixo hospitalar no sul catarinense, e que “é necessário que se estabeleça uma parceria entre a Secretaria da Saúde e a Amrec para viabilizar uma solução para o caso”.

Construção naval

o Governador e ao Diretor do Badesc o deputado Francisco de Assis (PT) solicitou esforços no sentido de liberar linha de financiamento para construção naval, direcionada a embarcações pesqueiras e arma-

dores da pesca comercial oceânica no Estado. Entende que “assim criaremos as condições para o desenvolvimento dessa atividade pesqueira, que usa a costa brasileira para capturar diversas espécies”.

Cana de açúcar

Proposição do deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Secretário da Agricultura solicita a adoção de medidas institucionais para incremento da produção e beneficiamento da cana de açúcar, especialmente como alternativa de renda ao produtor catarinense. O parlamentar defende que a atividade baseada na cana de açúcar está apresentando resultados compensadores, com excelentes perspectivas para os próximos anos. “Dentre as alternativas a serem desenvolvidas existe a possibilidade dos agricultores utilizarem a cana de açúcar para fabricação do seu próprio combustível, contribuindo com a diminuição dos custos de produção”, justificou.

Proposições

Deputado Nilson Gonçalves (PSDB) ao Governador e ao Secretário do Meio Ambiente sugerindo parceria entre a Secretaria e a Fatma, para o desenvolvimento de projeto padrão para a construção de aterros sanitários.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Diretor do Deter requerendo o retorno da linha de ônibus Vidal Ramos/Brusque às terças e quintas-feiras.

Deputado Sandro Tarzan (PTB) ao Presidente da AL para que promova o *II Fórum da Criança e da Adolescência*, com data prevista para o próximo dia cinco de outubro.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Navegantes e Orleans cumprimentando-os pelo aniversário de emancipação político-administrativa.

Deputado Julio Garcia (PFL) ao Presidente do Tribunal de Justiça solicitando que o Judiciário designe um juiz auxiliar para a Comarca de Urussanga.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao Secretário dos Transportes solicitando o recapeamento da rodovia SC-446, que liga Criciúma a Cocal do Sul, com a construção de acostamento ao longo daquela rodovia.

Deputado Francisco de Assis (PT) ao Governador do Estado solicita empenho para conseguir um local com infra-estrutura adequada para que os funcionários da Ciretran de Joinville

Deputado Narcizo Parisotto (sem partido) à comunidade de Blumenau cumprimentando pelo aniversário do município comemorado em 2 de setembro.

Deputado João Henrique Blasi (PMDB) concedendo honraria ao cidadão catarinense Hélio de Mello Mosimann, ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Deputado Afrânio Boppé (PT) ao Governador requerendo o envio de demonstrativos da dívida pública do Estado, de janeiro de 1964 a julho de 2001, em valores correntes e valores constantes.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao Governador solicitando a cessão do direito de uso do prédio pertencente ao Centro do Bem Estar do Menor em Santa Cecília, que está desativado, para a Associação Evangélica de Apoio a Pessoas Carentes.

Deputada Ideli Salvatti (PT) à Secretária da Educação indagando sobre o quadro lotacional dos professores e funcionários do Colégio Estadual Aderbal Ramos da Silva, na Capital.

Deputado Moacir Sopelsa (PMDB) requereu a realização de audiência pública com o objetivo de esclarecer a necessidade de cobrança de pedágio nas rodovias federais BR-101 e BR-116.

Deputados Nilson Gonçalves (PSDB) e **Adelor Vieira** (PMDB) às autoridades de Guaramirim cumprimentando-as pela passagem dos 52 anos do município.

Deputado Francisco de Assis (PT) ao Presidente da Casan pedindo a instalação de sistema de distribuição e tratamento de água nos bairros Santo Antônio, São Benedito e São Joaquim, em Joinville.

Deputado Narcizo Parisotto (sem partido) às autoridades de Porto União parabenizando pelo aniversário do município comemorado nesse dia 5.

Deputado Nilson Gonçalves (PSDB) à Secretária da Família solicitando a instalação de um posto do Sine em Barra Velha.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao Presidente do Tribunal de Justiça requerendo a instalação da Casa da Cidadania em Campo Alegre.

Deputado Sandro Tarzan (PTB) ao Secretário da Agricultura e ao Presidente da Cidasc solicitando medidas para manutenção dos serviços de fiscalização com barreiras sanitárias, com o consequente pagamento de horas extras aos funcionários.

GERAL

Assembléia discute ensino médio

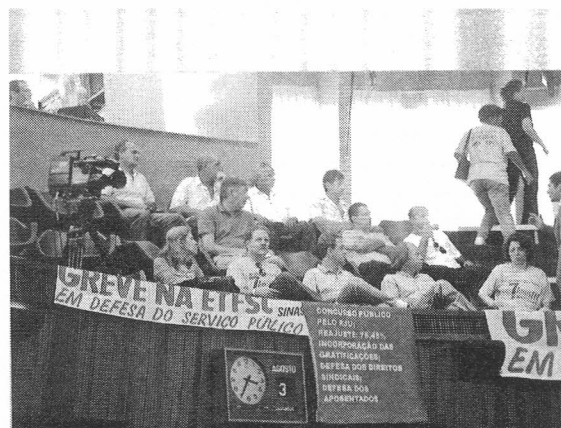
Com o objetivo de debater a situação atual do ensino médio e profissionalizante no Estado, por iniciativa da deputada Ideli Salvatti (PT), aconteceu nessa segunda-feira (3) audiência pública com a participação de representantes da Escola Técnica Federal, do Conselho Estadual de Educação e de sindicatos de professores.

O diretor da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, Anésio José Macari, destacou que aquela instituição vem atuando no ensino médio e profissionalizando desde 1909 até o ano de 1999. A partir desta data as duas áreas foram separadas, com o ensino profissionalizante sendo encarregado de preparar o estudante para o trabalho.

Marta Vanelli, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Educação (Sinte),

frisou que atualmente o curso de magistério no Estado está em fase de extinção. Criticou severamente a separação o ensino médio do fundamental determinada pelo governo federal, argumentando que essa decisão veio prejudicar a educação. Na sua opinião, não existe mais estrutura capaz de permitir uma avaliação real do aluno, causando dessa forma altos índices de reprovação escolar.

Por sua vez, Maurício Gariba Júnior, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Escola Técnica Federal, limitou-se a abordar a questão salarial dos professores. Lamentou a falta de reajuste nos salários há mais de seis anos. "Hoje,



Grevistas da Etefesc

o governo federal não possui nenhum plano de capacitação de seus servidores, e isso influencia o bom desempenho dos profissionais que atuam no ensino médio e profissionalizante", finalizou.

A secretária da Educação, Miriam Schilikmann, justificou sua ausência por estar participando do governo itinerante em Blumenau, e aproveitou para solicitar que nova data seja marcada para discutir o assunto.

Mineiros

Em audiência realizada na última semana em Brasília, o ministro da Previdência Social Roberto Brant acatou solicitação da Cooperminas, que pede a redução de 25 para 15 anos o tempo de aposentadoria dos mineiros.

A audiência foi solicitada pelo deputado Clésio Salvaro (PFL), que esteve acompanhado dos deputados

José Paulo Serafim (PT) e Gervásio Silva (PFL), federal, além de representantes da categoria dos mineiros de Criciúma e região.

Segundo Salvaro, o ministro Brant entendeu a situação e garantiu em uma semana encaminhar projeto de lei ou medida provisória para regularizar a situação.

Agenda

Dia 10, às 14 horas – A CPE que discute questões de segurança pública em Criciúma visitará o Conselho Tutelar e se reunirá com representantes da Fecapoc no município

Dia 10, às 19 horas – Sessão solene in memoriam ao ex-governador Wilson Kleinubing, mês em que completaria 57 anos e lançamento do livro *Kleinubing – Uma trajetória de Coerência*, do jornalista Moacir Pereira

Local: Plenário

Dia 11, às 16h30min - Palestra de Steve Wrigley com o tema *A importância do líder político*

Local: Plenário

Dia 11, às 19h30min. – Retratos de Santa Catarina – São José

Local: Hall da Alesc

Dia 12, às 8h30min. – Audiência pública da Comissão de Finanças para discutir questões relativas ao Porto de São Francisco

Local: Sala das Comissões

Dia 12, às 9 horas – Reunião do Parlasul com palestras do ministro da Integração Nacional e do secretário Nacional dos Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente

Local: Plenário

Dia 12, às 14 horas – Encontro da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale)

Local: Plenarinho

Dia 13, às 14 horas – Audiência pública sobre o custo/preço do leite em Concórdia

Local: Parque de Exposições

Lançamento

Cinco regras para vencer seus limites é o título do livro que o advogado, empresário e pesquisador sobre o comportamento humano Paulo Zabeu lançou na Galeria de Arte Meyer Filho na quarta-feira (5). Antes da cerimônia, o autor fez uma palestra sobre a depressão, mal que ataca 30% da população brasileira e que, de acordo com ele, pode ser amenizada através da reprogramação mental.

Segundo o autor, que criou há 12 anos o programa com as cinco regras básicas para o desenvolvimento do potencial, "todo ser humano nasce programado para o sucesso, a saúde, a prosperidade e a felicidade, mas estando sujeito a influências do meio em que vive, é levado por pequenos fatores que vão alterando a sua programação de felicidade e de auto-estima, mudando radicalmente sua programação original."